

Um projeto em discussão e em busca de parcerias: O distrito de Portalegre na Fronteira - Do Contrabando ao Desenvolvimento Industrial¹

A project in discussion and in search of partnerships: *The district of Portalegre in the border – from smuggling to industrial development*

Helder Henriques

Maria Filomena Barradas

Resumo

A comunicação pretende apresentar o projeto de investigação “O distrito de Portalegre na fronteira – do contrabando ao desenvolvimento industrial”. Ainda numa fase embrionária, o projeto pretende estudar o contrabando no distrito de Portalegre, tendo sido proposto à Associação para o Desenvolvimento em Espaço Rural do Norte Alentejo (ADER-AL).

Visando o reconhecimento da importância e da riqueza da atividade de contrabando para o desenvolvimento económico do distrito de Portalegre, procurar-se-á valorizar o património histórico, cultural e económico associado a esta temática como motores para o desenvolvimento local. Serão utilizadas metodologias de natureza quantitativa e qualitativa e recorrer-se-á a testemunhos orais, através de técnicas próprias da História Oral.

O projeto, que nasce de uma parceria entre a ESE, ESTG e o C3i, procurará envolver um conjunto alargado de docentes e alunos do IPP, bem como associações locais, procurando ainda outros parceiros que pretendam envolver-se nestas questões.

Palavras-Chave: Parcerias; Contrabando; Território; Desenvolvimento Local.

Abstract

This presentation aims to introduce the investigation project “The district of Portalegre in the border: from smuggling to industrial development”. Still in its germinal stadium, the project intends to study the smuggling in the district of Portalegre, and it has been proposed to Associação para o Desenvolvimento em Espaço Rural do Norte Alentejo (ADER-AL) [Association for the Development of the North Alentejo’s Rural Space].

Addressing the acknowledgment of smuggling activity importance and richness to the economic development of the district of Portalegre, the project will enhance the historical, cultural and economical heritage of smuggling as means to pursue and achieve local development. Oral history techniques, quantitative and qualitative methodologies and oral testimonies will be used.

The project, yield from a partnership from ESE, ESTG and C3i, will seek to involve a wide range of IPP’s teachers and students, local associations and other partners, who wish to engage in these issues.

Key words: Smuggling; Territory; Local Development; Partnerships.

1. Introdução

O propósito desta comunicação consiste na apresentação de um projeto sobre o contrabando no distrito de Portalegre. A História Regional e Local deve ser interpretada

¹ Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

como um domínio científico capaz de gerar oportunidades culturais, económicas e turísticas que podem gerar dinâmicas favoráveis em territórios desfavorecidos. Este projeto vai ao encontro da missão que o Instituto Politécnico de Portalegre assume, enquanto elemento de grande importância ao nível do desenvolvimento regional. Neste sentido, devemos ter a capacidade para apreender as singularidades do nosso território e ser capazes de promovê-lo das formas mais diversificadas.

O estudo da memória apresenta-se como um elemento cada vez mais relevante no contexto da sociedade atual. A sua importância prende-se com questões identitárias e com o reforço do sentimento de pertença de uma comunidade na relação com o seu território. Michel Pollak refere-se a esta questão do seguinte modo:

Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum (Pollak, 1989: 9).

Efetivamente, a inserção do distrito de Portalegre do ponto de vista geográfico numa zona influenciada fortemente pela linha da fronteira deve constituir matéria relevante para se proceder a um estudo aprofundado. Na discussão sobre as dimensões da fronteira imediatamente surgiu a importância histórica, cultural e identitária da prática do contrabando. Assim, articulando a Escola Superior de Tecnologia e Gestão (Departamento de Ciências Empresariais, Sociais e Humanas) com a Escola Superior de Educação (Área Científica de História, Geografia e Património) formulou-se um projeto que visa promover e aproveitar a especificidade de um território que se situa não tanto junto ao atlântico, mas próximo da Europa.

2. História, cultura e território

Na história, Portugal define-se pela sua fronteira. Se esta afirmação se pode considerar válida para todos os estados-nação, cujos limites políticos coincidem com aqueles da

“comunidade imaginada”, como lhe chamou Anderson Benedict, cremos que no caso português foi o estabelecimento e a manutenção de uma fronteira terrestre, desde a fundação do reino, contribuiu indubitavelmente para a emergência dessa comunidade, em que fronteira política e fronteira mental são indistintas.

Face à fronteira natural do oceano era, desde logo, importante fixar a fronteira terrestre, cujos limites não decorriam maioritariamente de acidentes geográficos: a fronteira era espaço de disputa entre grupos étnicos, religiosos ou políticos que litigavam entre si.

Por isso, na Península Ibérica, a grande nação da Cristandade tanto ambicionava expulsar do território os inimigos da Fé, como estabelecer as suas próprias fronteiras político-geográficas, limites elásticos, que ora uniam ora separavam.

Neste quadro que se desenha durante a Idade Média, vários fenómenos potenciadores da individualidade de Portugal vão ocorrendo, sendo um dos mais claros a diferenciação linguística, que ocorre tanto do ponto de vista da oralidade, com da escrita, tanto pela produção literária, como na adopção do vernáculo na documentação oficial.

Em 1297, D. Dinis assinava com Castela o Tratado de Alcanizes. A fronteira política aí traçada permaneceu praticamente inalterada até à actualidade: e na sua recusa de se unir a Castela, Portugal optou por forçar os limites geográficos da sua fronteira oceânica. Castela, por seu turno, foi absorvendo os demais reinos peninsulares até que no final do século XV se ter constituído, finalmente, na Espanha.

Apesar de alguns obstáculos geográficos, como os rios Minho, Tejo e Guadiana, a fronteira entre Portugal e Espanha foi sempre um fenómeno de características iminentemente político-administrativas. Confirmam-no, entre outros, a rede de fortalezas defensivas, desde o Minho até ao Guadiana, o sistema de alfândegas e as tarifas aduaneiras cobradas quando se pretendia comerciar.

As populações raianas tinham, por isso, perfeita consciência da fronteira, já que ela se materializava no seu quotidiano, por vezes, de forma violenta, como no caso das guerras travadas entre Portugal e Espanha. Do mesmo modo, porém, essas populações sentiam a proximidade com os seus vizinhos do outro lado da fronteira, pelo que esta se configura

quer como um obstáculo, quer como um recurso. Assim, face à malha apertada que pretendia controlar a circulação de bens e que se foi apertando à medida que o Estado moderno emergia (García, 2009: 139), foi-se desenhando um sistema alternativo de comércio – o contrabando, expressão que “designa a introdução clandestina de produtos num território demarcado por uma fronteira político-administrativa” (Silva, 2009: 265).

O contrabando era uma prática corrente, sendo que os produtos transacionados obedeciam a “uma lógica de mercado sensível aos períodos históricos e às conjunturas vividas por Portugal e Espanha” (Silva, 2009: 265).

Eusebio Medina García, ao caracterizar a actividade comercial na fronteira luso-estremenha (aquela que aqui que também aqui nos interessa explorar) aponta o facto de ter sido nas épocas de crise e de confronto que o contrabando floresceu¹. Sendo uma forma de contornar tais vicissitudes, o contrabando constituía, também, uma fonte de rendimento alternativa àquelas que eram propiciadas pela economia tradicional, que no caso da área luso-estremenha, eram a agricultura praticada em regime de latifúndio e a pecuária. Para o grosso da população, estas actividades eram praticadas ao serviço dos senhores da terra e o que delas se obtinha garantia apenas a autossubsistência. Neste contexto, o contrabando surge como a actividade que, operando nos limites da legalidade, permitia àqueles que o encetavam um tipo de ascensão económica e social.

3. O contrabando no distrito de Portalegre: um projecto de investigação e intervenção

Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja são os quatro distritos portugueses que confinam com a Estremadura espanhola. Embora existam nesta região fronteira algumas bacias hidrográficas, como a do Tejo e a do Guadiana, a verdade é que elas nunca se impuseram como barreiras geofísicas à circulação de pessoas e bens. Como foi dito antes, o florescimento do contrabando acompanhou não só a centralização dos estados português e espanhol, como as épocas de crise vividas no espaço ibérico. Há indicadores que fazem remontar esta prática à Idade Média e sabe-se que ela acompanhou o modo de vida das populações até muito recentemente, diluindo-se a partir do momento em que Portugal e Espanha entraram na CEE², já que, pouco tempo depois, a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais foi institucionalizada,

deixando de haver razão para continuar a praticar o contrabando. Apesar disso, aqueles que vivem junto à raia, continuam a beneficiar da proximidade com o país vizinho e é tão vulgar encontrar portugueses a fazer compras em Badajoz, como espanhóis aproveitando a gastronomia portuguesa.

Ocupação centenária, o contrabando teve de ficar impresso na memória colectiva de alguma maneira. Luís Cunha, que tem vindo a estudar a fronteira e emergência de narrativas identitárias neste espaço de transição, nota como o contrabando ocupa um lugar central nestas memórias colectivas, pese embora esteja afastado dos discursos oficiais e não seja uma memória assumida para o exterior (Cunha, 2007). Tendo desenvolvido a sua pesquisa na vila de Campo Maior, Cunha reflecte sobre os temas principais que informam as narrativas de contrabando:

“(...) o perigo e a aventura; a esperteza que permite iludir os guardas ou a valorização da ousadia nas jogadas arriscadas (...), a sorte que diferencia uns de outros ou ainda a inveja e a competição. Em torno destes e de outros temas semelhantes estruturam-se identidades: contrabandistas face a guardas fronteiriços; homens face a mulheres; (...) contrabandistas ocasionais face a contrabandistas profissionais – expressando diferenças não só na relação com a actividade, mas também no plano ético.” (Cunha, 2007:83).

O antropólogo considera ainda o caso de Campo Maior paradigmático, já que o contrabando saiu da esfera íntima da comunidade e foi assumido socialmente, tendo os contrabandistas de outrora ascendido à categoria de empreendedores e de empresários: o café, produto-chave nessas transações ilícitas, começou a ser torrefeito em várias unidades fabris da vila, sendo a mais emblemática a Delta-Cafés. Aspectos como a existência do Museu do Café, propriedade da Delta, onde um dos objetos em exposição é uma reprodução em grandes dimensões de uma fotografia da atividade contrabandista, bem como a edificação de uma estátua de homenagem a Rui Nabeiro, mostram como a memória do contrabando vem sendo, em certa medida, objeto de reabilitação (Cunha, 2007).

No entanto, tendo em conta o facto de que são vários os concelhos do distrito de Portalegre que confinam com Espanha, devemos interrogar-nos (1) se há outros exemplos de desenvolvimento industrial que tenham sido alavancados pelo contrabando e (2) se é possível encontrar outras localidades, para além de Campo Maior, onde se esteja a proceder a algum tipo de reabilitação da memória do contrabando.

Estas duas perguntas servem de ponto de partida ao projecto que agora se apresenta: *Um projeto em discussão e em busca de parcerias: O distrito de Portalegre na Fronteira - Do Contrabando ao Desenvolvimento Industrial*.

No que respeita à primeira questão, tome-se o exemplo de Santo António das Areias, concelho de Marvão, onde, na década de 30 do século passado, João Nunes Sequeira começou a desenvolver importante atividade, também ela inicialmente alicerçada em atividades ilícitas propiciadas pela situação de proximidade com a fronteira, mas que evoluiu noutros sentidos, designadamente, pela atividade industrial agro-alimentar (transformação de azeitonas, pimentos e outros frutos e legumes, bem como a confeitaria) e pelo fabrico do calçado. Mas, a intervenção da família Nunes Sequeira na região de Portalegre não se ficou por aí, contando-se entre as suas propriedades o Cineteatro Crisfal, em Portalegre, que esteve em funcionamento entre 1959 e 2005; as termas de Fadagosa do Pereiro, ativas entre 1894 e 1971; ou o atual edifício da Câmara Municipal de Portalegre, antigo colégio jesuíta, que o Marquês de Pombal transformara em Real Fábrica dos Lanifícios.

O reconhecimento da importância e riqueza deste património histórico, cultural e económico, cuja génese se encontra neste tipo de trocas comerciais transfronteiriças, encontra-se bem atestado pela valorização que tem recebido através de iniciativas como Rota do Contrabando/ Ruta del Contrabando. Este evento, cuja XIII edição se realizou em Março, e que vem sendo organizado INIJOVEM - Associação Para Iniciativas Para a Juventude de Nisa, a FCMP (Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal) e a EXTREMO POSITIVO - Desporto Aventura, em colaboração com o Ayuntamiento de Cedillo, Junta de Freguesia de Montalvão e Câmara Municipal de Nisa, mostra, claramente como o contrabando faz parte da memória coletiva e do património comum, que urge preservar.

Nesse sentido, e respondendo ao desafio lançado pela ADER-AL, Associação para o Desenvolvimento Rural do Norte Alentejo, que nas suas competências como Grupo de Ação Local tem como missão “fomentar a participação da população no desenvolvimento do território de intervenção, nomeadamente através da promoção do encontro e diálogo entre as pessoas, a aproximação entre os sectores, o intercâmbio do

saber e a complementaridade entre as competências”, a equipa de investigadores do Instituto Politécnico de Portalegre/ C3I, constituída pelos docentes Hélder Henriques (ESEP) e Maria Filomena Barradas (ESTG) apresentou o projecto, que agora se divulga junto da comunidade académica e que já recebeu parecer positivo por parte da ADER-AL.

Visando responder às questões anteriormente enunciadas, o projecto terá duração de 12 meses e contará com a colaboração de um bolseiro de investigação.

As actividades iniciar-se-ão com o levantamento sistemático de fontes, testemunhos orais e bibliografia específica sobre o assunto em análise. Simultaneamente, proceder-se-á a incursões exploratórias e respetiva recolha de informação em bibliotecas e arquivos. A utilização das metodologias de recolha de informação associada à história oral e à análise de conteúdo serão privilegiadas ao nível dos testemunhos orais.

No final deste processo, pretende-se que sejam atingidos os seguintes resultados:

- Produção de uma monografia sobre o contrabando e os seus protagonistas;
- Relatório com propostas de actividades culturais e turísticas a desenvolver no futuro com base no estudo, com o contributo de especialistas do IPP nesta área;
- Criação de uma página da internet com a divulgação dos resultados obtidos (vídeos, fotos, testemunhos,...)
- Atividade de reconstituição histórica do contrabando, envolvendo associações locais, grupos de teatro, alunos de diferentes cursos do IPP, etc.

Assim, o projecto que aqui apresentamos e que julgamos ter um carácter suficientemente abrangente e multidisciplinar convida todos aqueles que assim o desejarem a dar o seu contributo. De facto, é nossa convicção de que o desenvolvimento local e regional actual passa pela recuperação e requalificação da memória histórica da fronteira, que é constitutiva da identidade do distrito de Portalegre.

4. Considerações finais

Uma das tendências da actualidade, como Gilles Lipovetsky bem nota é a preponderância das actividades de lazer. Diz o filósofo:

“O turismo tornou-se a primeira indústria mundial (...). Esta preponderância das actividades de lazer levou alguns analistas a falar de um novo capitalismo centrado, já não na produção material, mas no divertimento e na área da cultura.” (Lipovetsky, 2007: 53).

Esta observação parece-nos pertinente, pois consideramos que, se no passado o contrabando foi uma fonte de rendimento suplementar para aqueles que o praticavam e permitiu, nalguns casos, quer a mobilidade social, quer a transição de contrabandista a empresário (Cunha, 2006), na actualidade ele continua a configurar-se como um potencial recurso que urge patrimonializar. Silva (2009: 261) explica:

“A expressão património reporta-se actualmente a um leque de referentes extremamente alargados, que abrange bens de ordem excepcional e ordinária, erudita e popular, material e imaterial: monumentos, tecidos urbanos, eventos, paisagens, festividades, sonoridades... Tal significa que o património deixou de estar confinado aos interesses e às coisas das elites culturais para integrar, ainda que de modo diferenciado, interesses e coisas de outras classes sociais. A emergência de património rural adquire, neste ponto, um valor lapidar. Esta reporta-se a um conjunto variado de referentes empíricos, incluindo a arquitectura popular, o património histórico edificado, os vestígios arqueológicos, as paisagens, as festas, feiras e romarias, as práticas alimentares, o artesanato, o folclore e a medicina tradicional.”

Neste sentido, a tarefa de patrimonializar o contrabando corresponde àquilo que o mesmo autor diz ser “a inserção dos objectos presentes na actividade dos indivíduos que vivem nos espaços rurais numa economia à escala da Europa das Regiões” (Silva, 2009: 263).

À beleza da paisagem da Serra de São Mamede, ao encanto de Marvão, ao sabor dos rebuçados de ovos, que já são justamente considerados parte do património do distrito de Portalegre, deve acrescentar-se o potencial do contrabando³, factor identitário e distintivo num distrito naturalmente na fronteira – entre o Alentejo e a Beira, entre Portugal e Espanha.

Notas de texto

¹ “La guerra, a la vez que fortalecía la “*frontera intensa*” y los controles fronterizos, generaba más y mejor contrabando; las restricciones al libre comercio y los monopolios favorecieron igualmente el contrabando. A mayor represión y diferencia de precios, mayor contrabando; por el contrario, éste tendía a reducirse, incluso a diluirse, en tiempos de paz, cuando se normalizaban las relaciones comerciales transfronterizas y disminuían las diferencias en el precio de los productos. El peligro y el beneficio han sido los mayores incentivos para los contrabandistas a lo largo de la historia” (García, 2009: 138).

² A adesão de Portugal e Espanha à CEE deu-se em 1986. Em 1992, foi assinado o Tratado da União Europeia, ou Tratado de Maastricht, que estabelecia os princípios conducentes à criação de uma moeda única, uma política externa e segurança comum e do reforço da cooperação na justiça e assuntos interno no espaço europeu. A Comunidade Europeia dava lugar, assim, à União Europeia. A 1 de Janeiro de 1993 nascia o mercado único: a livre circulação de pessoas, bem, serviço e capitais tornava-se numa realidade que tornava obsoleta a existência de barreiras alfandegárias.

³ Não deixa de ser curioso que, no site que visava promover a XIII Rota do Contrabando – INJOVEM, encontremos um post que faz referência ao facto de o Geopark Naturtejo ter promovido “a Rota como produto turístico, num pacote que inclui alojamento e participação no evento. Esta promoção permitirá que a informação sobre a Rota chegue a cerca de 8.000 novos contactos”. Esta informação atesta bem o carácter turístico presente na recuperação da rota que era seguida pelos antigos contrabandistas.

Referências

Anderson, Benedict (2006 [1983]). *Imagined Communities*. London: Verso

Cunha, Luís (2006). “Dinâmicas e processos de transformação económica: do contrabando à indústria de torrefacção de café em Campo Maior”. *Etnográfica*, Vol. X (2), pp. 251-262

Cunha, Luís (2007). “A herança do contrabando em Campo Maior – a memória social e os seus usos”. In *Actas das Jornadas do Contrabando*. Sabugal: Câmara Municipal do Sabugal

Cunha, Luís (2010). “A memória como património: da narrativa à imagem”. In Mármol, Camila del e outros (eds). *Los Lindes del Patrimonio. Consumo y Valores del Pasado*. Barcelona: Icaria

García, Eusebio Medina (2009). “Orígenes, características y transformación del contrabando tradicional en la frontera de Extremadura com Portugal”. In Freire, Dulce e outros (coord). *Contrabando na Fronteira Luso-Espanhola – Práticas, Memórias e Património*. Lisboa: Edições Nelson de Matos

Lipovetsky, Gilles (2007). *A Felicidade Paradoxal – Ensaio Sobre a Sociedade do Hiperconsumo*. Lisboa: Edições 70

Martins, Luís Cunha (2011). “A problemática da fronteira, a matéria identitária e os operadores do limite. Demarcação, ilimitação e centralidade”. In Amante, Maria de Fátima (coord.). *Identidade Nacional – Entre o Discurso e a Prática*. Porto: CEPES/ Esfera do Caos Editores

Pollak, Michell (1989). “Memória, Esquecimento e Silêncio”. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, pp. 3-15.

Silva, Luís (2009). “A patrimonialização e a turistificação do contrabando”. In Freire, Dulce e outros (coord). *Contrabando na Fronteira Luso-Espanhola – Práticas, Memórias e Património*. Lisboa: Edições Nelson de Matos.

Sobral, José Manuel e Vala, Jorge (org) (2010). *Identidade Nacional, Inclusão e Exclusão Social*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais

Notas sobre os Autores

Helder Henriques

henriqueshelder@gmail.com

ESEP/ IPP, C3I-IPP, Ceis20-UCoimbra

Doutor em História da Educação. Professor na Escola Superior de Educação de Portalegre. Investigador do CEIS20 da Universidade de Coimbra e do Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre. (C3I)

Maria Filomena Barradas

filomenab@gmail.com

ESTG/ IPP, C3I-IPP, CLEPUL-ULisboa

Docente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Portalegre desde 1999. Licenciada em Estudos Portugueses (1998) e Mestre em Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea (2003) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Os seus estudos têm incidido especialmente sobre as relações entre literatura e jornalismo, sobre o género crónica e sobre a cultura portuguesa e a identidade nacional no final do século XX. Neste momento, aguarda a defesa da sua tese de doutoramento. É investigadora do Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre (C3i) e do CLEPUL.